

Anexo

Exercício 2020

Identificação da entidade

Identificação

A empresa Liga de Soli. Social e Melh. Os Amigos de Albarido, com o NIF 505654717, é uma , constituída em **2007-12-05**, exercendo a atividade de OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de , sob a Matricula n.º505654717 e com o Capital Social de 0 euros.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho e nos termos dos n.os 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Indica-se em seguida as contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do exercício anterior:

. Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

As quantias relativas ao período de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias de 2020.

Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e a sua apresentação assentou nos seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Inventários

Os inventários são registados ao custo.

A diferença entre o custo e o valor líquido realizável é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

Imparidade de ativos

Os testes de imparidade são realizados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade; ou
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os saldos contas a receber e das contas a pagar estão mensurados ao custo menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ou pagamento ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo ou passivo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo ou passivo não corrente.

Os Instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados, no enquadramento presente da empresa no seu sector, nas expectativas de evolução do negócio e na concretização da estratégia delineada para o futuro próximo.

Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados.

Na eventualidade de os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, serão as mesmas corrigidas em resultados de forma prospetiva, sendo contudo convicção da gerência que alterações não colocam em causa os valores apresentados nas presentes demonstrações.

Alterações nas políticas contabilísticas

Devem ser divulgadas:

- a) Natureza e efeitos da alteração na política contabilística

b) Razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante

a) Natureza da alteração na política contabilística

A empresa não alterou o modelo de mensuração dos seus ativos ativos.

A inflação verificada durante esse período e as depreciações acumuladas fazem com que o valor escriturado dos imóveis se encontre muito subavaliado.

Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas nos períodos apresentados. Adicionalmente, não foram detetados ou reconhecidos quaisquer erros materiais.

Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Subsequentemente, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas dos principais ativos fixos tangíveis são as seguintes (exemplo):

Quadro

Descrição	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 a 30
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	4 a 8
Outros ativos	4 a 8

Exercício atual

Exercício de 2020

NIF: 505654717

Quadro 1

	Terrenos	Ed. e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administrat.	Ativo fixo em curso	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		40 278,62	26 020,41	10 007,01	2 530,58		78 836,62
Aquisições							
Revalorizações							
Alienações							
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2020 (A)		40 278,62	26 020,41	10 007,01	2 530,58		78 836,62
Deprec. e perdas p/ímpar. acum.							
Saldo em 31 de Dezembro de 2020							
Depreciações do exercício		2 187,14	134,05	2 328,75			4 649,94
Perdas por imparidade							
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2020 (B)							
Valor líquido (A) – (B)		40 278,62	26 020,41	10 007,01	2 530,58		78 836,62

Restrições, garantias e compromissos

Devem ser indicadas eventuais restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos, bem como os compromissos contratuais assumidos para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Revalorizações efetuadas

Não houve qualquer revalorização.

Quadro 3

	Terrenos rec. naturais	Ed. e outras construções	Total
Excedente revalorização inicial			
Reforços			
Excedente revalorização final			
Impostos diferidos			
Val.registado no capital próprio			

Ativos intangíveis

Divulgações gerais

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente despesas com aquisição de marcas e aquisição da detenção de propriedade de programas de computador (quando não está associado a um ativo fixo tangível).

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso.

(Exemplo) A vida útil estimada situa-se num período que varia entre os 3 e 5 anos, com a exceção das marcas que são amortizados durante o período de utilização exclusiva, no caso 10 anos.

Todos os ativos intangíveis foram adquiridos e têm vida útil finita.

Restrições, garantias e compromissos

Devem ser indicadas eventuais restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos, bem como os compromissos contratuais assumidos para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Custos de empréstimos obtidos

Custo de empréstimos obtidos

Os custos incorridos com empréstimos obtidos encontram-se geralmente reconhecidos em gastos de financiamento do período, de acordo com o regime do acréscimo. Exceção fazem-se os custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis cujo período de tempo para ficar disponível para uso é considerável, que são capitalizados como parte desse ativo.

A capitalização dos encargos financeiros tem início no momento em que se iniciam os dispêndios com o ativo e termina quando tal ativo está disponível para uso.

Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários são mensurados ao custo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

A imputação dos gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal de produção das instalações. Como fórmula de custeio dos inventários a entidade adota o custo médio ponderado, pelo que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Quantia escriturada

	2020			2019		
	Quantia	Perdas por	Quantia	Quantia	Perdas por	Quantia
	bruta	imparidade	líquida	bruta	imparidade	líquida
Mercadorias						
Matérias-primas, subs.e de consumo			1447,69			919,63
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiant. por conta de compras						

Quantia de inventários reconhecida como gasto

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado do seguinte modo:

Quadro

	2020			2019		
	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total
Saldo inicial		919,63	919,63		505,94	505,94
Compras		16 561,69	16 561,69		18 884,05	18 884,05
Regularizações						
Saldo final		1 447,69	1 447,69		919,63	919,63
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas						

Texto

A variação dos inventários da produção foi apurada de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 1

	2020			2019		
	Prod. acabados	Prod.trab.curso	Total	Prod. acabados	Prod.trab.curso	Total
Saldo inicial						
Regularizações						
Saldo final						
Variação dos inventários da produção						

Rendimentos e gastos

Divulgações gerais

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento, determinada com base em autos de medição.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Utentes:

APOIO DOMICILIARIO: 14 utentes

Quantias de rendimentos e gastos

	2020	2019
Venda de mercadorias		
Venda de produtos		
Prest. de serviços Utentes	24 884,50	27 155,50
Quotas	1 642,00	1 659,50
...		
Total	26 486,50	28 815,00

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Texto

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Quando alguma destas condições não é preenchida, a empresa procede à sua divulgação como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Provisões

...

Passivos contingentes

Subsídios do Governo e apoios do Governo

Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

- A política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras;
- A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado; e
- Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Subsídios do I.G.F.S.S

Divulgação

Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

- a) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras;

Os montantes dos subsídios são referentes a acordos com a Segurança Social no montante de – **47 821,34€**

- b) Subsídio de outras Instituições (I.E.F.P) – **137,34 €**
c) Restituição de Impostos - **1 594,81 €**
d) Donativos –**250,00 €**
e) Município da Guarda – **500,00 €**
f) SS - Lei 10-A/2020 13/03 (apoio à família) – **412,48 €**

Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

Cotação de mercado de instrum. financ. mensurados ao justo valor

	Cotação em		Valor
	Quant.	31/12/2020	Justo valor
Ações xxxxxx			escriturado
...			
Total			

Reconciliação das quantias escrituradas nas rubricas do capital próprio

No quadro seguinte, evidenciam-se os aumentos e reduções ocorridos nas rubricas do capital próprio:

Quadro

2020	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Capital subscrito				
Ações (quotas próprias)				
Outros instrum. de cap. próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	35 471,55	5 525,35		40 996,90
Excedentes de revalorização				
Ajust. e outras var. cap. próprio				

Dívidas da entidade

A antiguidade das dívidas da entidade decompõe-se do seguinte modo:

Quadro 1

	< 1 ano	Entre 1 e 5 anos	> 5 anos
Dívidas a Instituições de crédito			
Adiantamentos de clientes			
Fornecedores – Conta corrente			
Fornecedores – Títulos a pagar			
Outras dívidas			
...			
Diferimentos			
Total			

Dívidas à entidade com duração residual superior a um ano

No período findo em 2020, as dívidas à entidade com duração residual superior a um ano decompõem-se do seguinte modo:

Quadro 2

Valor no fim do período
Clientes c/corrente gerais
Clientes Tit. Receber gerais
...
Clientes de Cob. Duvidosa
Clientes c/ corrente Empresa-mãe
Clientes Tit. Receber Empresa-mãe
...
Capital subscrito e não realizado
Diferimentos
Total

Benefícios dos empregados

Texto

O número médio de empregados no ano de 2020 foi de 4 (4 em 2019).

Nota: Devem ainda ser divulgados eventuais compromissos existentes em matéria de pensões.

Relativamente aos membros dos órgãos de administração, deve ser indicado:

- Valor dos adiantamentos, créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e reembolsos/amortizações.
- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantia de qualquer natureza e quantia global para cada categoria.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que são indicativos de condições surgiram após a data de relato não dão lugar a ajustamentos às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas se forem considerados materiais.

As demonstrações financeiras para o exercício de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em Março de 2021.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial e societária em vigor em Portugal.

Após o termo do período e até à presente data não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que, não afetando as quantias reconhecidas, tenham impacto financeiro material no futuro.

Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e despendidas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas como gastos do período, exceto se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pela NCRF 26 – Matérias Ambientais.

No final de 2020 e 2019, não se encontrava registado qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Direcção que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

A Instituição não registou, em qualquer daqueles períodos económicos, gastos com multas e outras penalidades por incumprimentos de normas ambientais ou qualquer ocorrência de carácter extraordinário.

Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgações

Conforme dispõe o art.º 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, também conhecido como Código Contributivo, para além destas referências, o relatório de gestão também deve incluir informação quanto:

- Não existem quaisquer dívidas vencida relativamente à Segurança Social.

A Instituição a semelhança dos outros anos continua a apresentar resultados positivos, neste ano em análise apresentou o valor de 7 563,85 euros, o que a torna financeiramente sólida. A direcção tem mantido a preocupação continua de racionalizar recursos, sem que se coloque em causa o bem-estar dos utentes.